

TRANSPARÊNCIA · INTEGRIDADE

RELATÓRIO DE **ATIVIDADES**

ORÇAMENTO, CONTRATAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS · ACCOUNTABILITY DA JUSTIÇA



2023



FICHA TÉCNICA

Direção
executiva

Juliana Sakai

Edição

Marina Atoji

Redação

**Marina Atoji
Nathália Mendes**

Layout e
diagramação

Beatriz Ferreira



ÍNDICE

Quem somos	1
Carta das diretoras	3
Transparência pública	5
Um trabalho com impactos concretos	6
Monitoramento da LAI e do acesso à informação	7
20 anos do Fórum de Acesso	9
Governo Aberto	9
Incidência internacional	9
Accountability da Justiça	10
Judiciário: avanços em transparência e olho vivo nos privilégios	11
Nos MPs, a transparência ainda é exceção, e os privilégios se multiplicam	12
Compromisso Estampado	13
Defensorias públicas, acesso à Justiça e à informação	13
Integridade	14
Defesa da democracia	15
Melhorias no sistema partidário	15
Atuação no Congresso Nacional	16
Debate sobre IA	16
Orçamento, contratações e políticas públicas	17
Emendas são foco de ações	18
Monitoramento de compras e contratações públicas em saúde	19
Yanomamis	20
Comunicação	21
Newsletters e mailing	22
Redes sociais	23
Acessos ao site	25
Presença na imprensa	26
Eventos, audiências e produções acadêmicas	27
Finanças	30
Financiadores	31



QUEM SOMOS

Equipe executiva

Diretoria executiva

Juliana Sakai

Diretoria de programas

Marina Iemini Atoji

Gerência de dados e tecnologia

Talita Lôbo

Cientistas de dados

Jonas Coelho

Raul Durlo

Desenvolvedores de software juniores

Jessé Oliveira

Joellen Silva

Analista de transparência e integridade

Bianca Berti

Analistas de transparência

Cristiano Pavini

Guilherme Barbosa

Analista de comunicação

Nathália Mendes

Analista administrativo-financeiro

João Garcia

Estagiária de comunicação

Beatriz Ferreira

Estagiária de transparência

Isabelle Santos

Conselho deliberativo

Presidência

Eduardo Capobianco

Vice-presidência

Kavita Miadaira Hamza

Conselheiros

Augusto Miranda

Bianca Vaz Mondo

Bruna Santos

Claudio Ferraz

Luiz Fernando Miranda

Marcelo Kalil Issa

Maria Goretti Dal Bosco

Rubens Naves

Conselho fiscal

Felipe Meldonian

Lorena Rayame Cardoso da Silva

2023

CARTA DAS DIRETORAS

JULIANA SAKAI
MARINA ATOJI

Como nossa mensagem no relatório do ano anterior prenunciou, a atuação da Transparência Brasil em 2023 combinou a colaboração com o setor público à nossa tradicional abordagem crítica e incisiva. O período foi frutífero em termos de impacto de nossas ações e projetos; destacamos três dos que consideramos retratar a dimensão das conquistas.

Geramos **melhorias concretas na transparência pública**: informações de interesse geral antes mantidas nas sombras emergiram após o Executivo federal atender a algumas das demandas que apresentamos no período de transição. Registros de entrada e saída de prédios públicos e processo disciplinar contra ex-ministro passaram a ser de **conhecimento público**, como deveriam ter sido de início. Há agora um entendimento formal e vinculante de que essas informações só podem ser negadas em casos muito particulares.

Nosso monitoramento de **dados de remuneração de membros do Judiciário** levou Tribunais de Justiça a **corrigirem falhas** que detectamos no fornecimento dessas informações ao Conselho Nacional de Justiça. Dados completos, por sua vez, serviram de base para **levantamentos inéditos** que chamaram a atenção do público ao **pagamento de supersalários** no Judiciário e no Ministério Público.

Após evidenciar como as emendas Pix pulverizam o orçamento federal em municípios menores sem o mínimo de prestação de contas, emplacamos uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias 2024 para obrigar o fornecimento de

informações sobre a aplicação dos recursos na plataforma Transferegov.

ESTRUTURAMOS NOSSA ÁREA DE ADVOCACY E A TORNAMOS MAIS ESTRATÉGICA

Internamente, o ano foi de investimento em nosso **planejamento estratégico para o período 2023 a 2025**. Ao final de um processo minucioso e rico, estruturamos nossa atuação em quatro áreas, refletidas neste relatório:

- (1) transparência pública;
- (2) integridade;
- (3) orçamento, contratações e políticas públicas; e
- (4) accountability do sistema de Justiça.

Dois dos principais resultados do novo planejamento foram a **otimização dos esforços na busca por financiamentos**, o que deve aumentar a efetividade da captação de recursos, e a **consolidação da TB enquanto ator relevante na formulação e avaliação de políticas públicas**: o advocacy, que já fazia parte de nossas atividades de maneira difusa, foi formalmente estruturado com fluxos e responsáveis definidos.

O ano de 2024 traz consigo a responsabilidade de continuarmos a busca por soluções para o excesso de benefícios a membros do MP e do Judiciário e para a perpetuação do orçamento secreto por mecanismos alternativos.

O próximo ano será, ainda, um momento crítico para duas iniciativas que começamos no final de 2023: o Fórum pela Transparência e Democracia do Sistema Partidário Brasileiro, fundado pela TB, e o projeto Medicamentos Transparentes.

Com o primeiro, fomentaremos o aperfeiçoamento de partidos; com o segundo, queremos garantir que o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) criado pela nova Lei de Licitações atinja seu potencial de gerar economia de recursos públicos.

Tudo aponta para um 2024 em que produziremos ainda mais impactos positivos que contribuirão concretamente para reduzir as oportunidades em que a corrupção e a ineficiência prosperem.

Setembro, 2023 / São Paulo - SP

Encontro presencial da equipe para discutir o Planejamento Estratégico 2023-2025



TRANSPARÊNCIA PÚBLICA



2023

Com a mudança de gestão no Executivo federal, as ameaças ao direito de acesso a informações se reduziram sensivelmente e um espaço de diálogo entre governo e sociedade civil foi retomado. O novo contexto, entretanto, não reduziu a relevância e a necessidade do trabalho da Transparência Brasil de monitoramento da Lei de Acesso.

Um trabalho com impactos concretos

No início do ano, a [atuação](#) da Transparência Brasil junto à equipe de transição do governo federal na área de transparência **deu os primeiros frutos**. Já na cerimônia de posse, o presidente Lula despachou ordem à Controladoria-Geral da União (CGU) para a [revisão de sigilos](#) impostos pelo último governo, uma das sugestões apresentadas pela organização e parceiras em dezembro de 2022.

Um mês depois, o órgão emitiu [12 enunciados para aplicação da LAI](#), textos de referência com interpretações da regra que devem ser adotadas por todo o governo federal e que abordam algumas das principais razões de negativas indevidas a pedidos de informação utilizadas com frequência na gestão anterior. Destaque para os textos que versam sobre a compatibilidade entre a proteção de dados pessoais e a transparência, e sobre a garantia de acesso a informações sobre entrada e saída de pessoas em prédios públicos.

Após essas medidas, informações antes negadas passaram a ser fornecidas, como [o processo disciplinar contra o ex-ministro da Saúde](#), General Eduardo Pazuello, a [lista de visitantes da ex-primeira-dama](#) no Palácio da Alvorada e os [registros de entrada e saída](#) dos filhos do ex-presidente no Palácio do Planalto.



Em parceria com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), a TB denunciou a prefeitura de Petrópolis ao MP-RJ por descumprimento da LAI. As organizações constataram a necessidade da denúncia ao prestar [consultorias](#) especializadas e gratuitas em LAI a jornalistas selecionados por meio do projeto Achados e Pedidos, financiado até o final de 2023 pela Fundação Ford. A denúncia foi aceita e convertida em inquérito.

Também no Rio de Janeiro, o Tribunal de Contas do Estado determinou à Controladoria-Geral do Estado e à Casa Civil que cumprissem o regimento interno e o calendário de reuniões da Comissão Mista de Transparência do RJ. A decisão respondeu a denúncia do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, assinada pela TB, sobre a inoperância da Comissão, que é responsável por revisar a aplicação de sigilos pelo Executivo estadual.

Já no final do ano, a Transparência Brasil solicitou que o Conselho de Transparência da Administração Pública de São Paulo, do qual faz parte, tomasse providências quanto à negativa indevida de acesso a informações sobre estabelecimentos de saúde autorizados a adquirir a administrar o misoprostol, medicamento abortivo de uso restrito. A Secretaria de Saúde do estado alegou, sem fundamento, que a divulgação da informação geraria riscos e constrangeu a pessoa que solicitou a informação.

Após o acionamento da TB, o órgão forneceu os dados e a Ouvidoria do Estado iniciou uma apuração preliminar do caso.

Em reunião com o ministro da CGU, Vinícius de Carvalho, a TB apresentou

novas recomendações para o processo de revisão de sigilos, para a retomada do país dentro da Parceria de Governo Aberto e para a inclusão da sociedade civil na Comissão Mista de Reavaliação de Informações, última instância de recursos contra negativas a pedidos de informação. Por meio da Transparência Brasil, a CGU e as organizações da sociedade civil estabeleceram um espaço de diálogo. O Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas e o Grupo de Trabalho de Transparência e Integridade da Rede de Advocacy Colaborativo (RAC), coalizões que a TB integra, também se reuniram com o ministro para apresentar demandas de transparência pública e participação social no novo governo.

Monitoramento da LAI e do acesso à informação

Em janeiro, a Transparência Brasil [revelou](#) que o **“sigilo de 100 anos” foi usado de forma equivocada quatro vezes mais pela gestão do ex presidente** Bolsonaro do que pelo governo anterior.

O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI) foi o campeão de negativas indevidas. O levantamento repercutiu amplamente na imprensa, aumentando a pressão para que o novo governo cumprisse a promessa de liberar informações indevidamente negadas.

No estado de São Paulo, a TB [reagiu à imposição de um grave retrocesso](#) ao acesso à informação gerado pela nova regulamentação da LAI editada pelo Executivo. A Transparência Brasil [criticou o decreto](#) que ampliou o número de agentes públicos autorizados a classificar informações como ultrassecretas,



e estabeleceu a possibilidade de órgãos estaduais se recusarem a atender um pedido de informação, caso ele seja considerado “genérico” ou implique “trabalho adicional”.

A TB apoiou a retomada do [Prêmio Cadeado de Chumbo pelo Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas](#) em colaboração com a Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS), elaborando a [identidade visual da iniciativa](#).



A premiação, cujo objetivo é destacar a importância do cumprimento da LAI por órgãos públicos, recebeu 61 indicações do público para eleger as piores negativas e não-respostas a pedidos de informação.

Os problemas de transparência e gestão das despesas da Presidência da República trazidos à tona com a divulgação de parte dos gastos feitos por meio do cartão corporativo vinculados ao ex-presidente Bolsonaro também foram objeto de atuação da TB em 2023. Junto com as organizações do Fórum de Acesso, [encaminhou ofício](#) à Casa Civil, CGU e à Secretaria de Comunicação Social do governo federal solicitando a digitalização das notas fiscais e divulgação ativa dos gastos no Portal da Transparência.

O Achados e Pedidos ganhou uma newsletter quinzenal: a Achados oferece ajuda para fazer pedidos via LAI, dicas de jornalistas parceiros e ideias para pautas a partir de uma curadoria entre os mais de 300 mil pedidos disponibilizados na plataforma do projeto. A [newsletter](#) conta com 526 inscritos.

O modelo de inteligência artificial utilizado no Achados e Pedidos [chamou a atenção](#) da CGU. A Secretaria Nacional de Acesso à Informação do órgão estuda a possibilidade de integrar o classificador de pedidos da TB ao FalaBR.



20 anos do Fórum de Acesso

Em meio a conquistas e retrocessos, o **Fórum de Acesso** [celebrou suas duas décadas](#) de luta em evento em São Paulo. A diretora de programas da TB, Marina Atoji, foi homenageada por ser uma das ex-coordenadoras do Fórum e ministrou palestra sobre os desafios para a LAI nos dias de hoje.



Marina Atoji recebe homenagem entregue por Katia Brembatti, presidente da Abraji. À direita, Fernando Rodrigues e Fernando Paulino

Governo Aberto

A Transparência Brasil teve **atuação fundamental no 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto**. Junto de outras entidades, a organização integra Grupo de Trabalho dedicado a estabelecer a metodologia para elaboração do Plano e a monitorar sua implementação. Na etapa de consulta pública sobre o conteúdo do documento, a TB [recomendou a votação em três temas](#), focados em transparência, dados abertos e gestão.

Após a [escolha dos temas](#), quatro pela sociedade civil e quatro priorizados pelo governo, a TB participou da [definição dos desafios](#) e [compromissos](#) em dois temas: “Combate à corrupção e governo aberto” e “Aprimoramento do cumprimento da Lei de Acesso à Informação”. Membros da organização estiveram presencialmente em Brasília para as duas etapas das Oficinas de Cocriação.

Incidência internacional

Em apoio ao Instituto Nacional de Acesso à Informação do México (INAI), reconhecido mundialmente por sua atuação fundamental em garantir a transparência e o cumprimento da LAI mexicana, a Transparência Brasil assinou [carta aberta](#) junto de outras organizações pela retomada das atividades do órgão. O INAI segue sendo atacado pelo presidente mexicano, López Obrador.

A organização também se manifestou à 10ª Conferência dos Estados Partes - fórum global Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (UNCAC) - pedindo a implementação de medidas para ampliar a transparência sobre contratos públicos. O [documento](#) encabeçado pela Open Contracting Partnership (OCP) aponta as contratações como o principal risco de corrupção nos governos, e que a prioridade ao tema impulsiona a Agenda 2030 da ONU.

ACCOUNTABILITY DA JUSTIÇA



2023



O ano consolidou o accountability da Justiça como uma área de trabalho específica da Transparência Brasil. A atuação da organização promoveu avanços na transparência sobre remunerações dos membros e sobre o acesso à Justiça, além de pautar o debate sobre benefícios pagos pelos órgãos.

Judiciário: avanços em transparência e olho vivo nos privilégios

O trabalho do projeto DadosJusBr, financiado pelo Instituto Betty e Jacob Lafer, promoveu avanços concretos na transparência do Judiciário. [Em julho](#), 26 tribunais estavam mais transparentes graças ao monitoramento constante do projeto e às [atualizações na plataforma](#) para aprimorar a visualização e download dos dados. Com relatórios do projeto em mãos, como parte do acordo de cooperação técnica firmado com a TB, o Conselho Nacional de Justiça oficiou órgãos que deixaram de fornecer os dados ou os faziam de maneira incompleta.

A Transparência Brasil também levou ao conhecimento do ministro do CNJ Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, responsável pelo acordo de cooperação, a falta de padronização das rubricas que descrevem o que os magistrados recebem por mês, o que resulta em uma [grande variedade de benefícios](#) pagos por cada tribunal.

Com os dados disponíveis na plataforma do DadosJusBr, a TB levou ao debate público o pagamento de remunerações acima do teto constitucional no Judiciário. Levantamento inédito revelou que, nos [Tribunais Regionais Federais](#) da 1ª a 5ª Região, pelo menos 1.534 membros receberam acima do teto entre janeiro e junho de 2023.

Em artigo no [Estadão](#), a diretora executiva da TB, Juliana Sakai, questionou a contínua criação de benefícios que não ficam sujeitos ao teto e possibilitam o aumento exorbitante das remunerações de magistrados.

No início de 2023, a Transparência Brasil, em parceria com a Abraji, promoveu uma [segunda edição](#) do curso sobre como investigar as remunerações de membros do Judiciário e do MP, voltado a jornalistas e estudantes de jornalismo. O curso recebeu 439 inscrições.



Nos MPs, a transparência ainda é exceção, e os **privilégios se multiplicam**

Por mais um ano, não foi possível estabelecer diálogo com os Ministérios Públicos ou com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) a respeito da transparência das remunerações.

Diálogos individuais com alguns conselheiros não impediram que o colegiado [aprovasse](#) uma regulamentação da Lei Geral de Proteção de Dados nos MPs que obriga cidadãos a se identificarem para consultar dados de remuneração de promotores e servidores divulgados nos portais dos órgãos.

Mesmo com as dificuldades, a Transparência Brasil trouxe à luz a flexibilização ilegal da [licença-prêmio](#) concedida pelo Ministério Público da União.

FOLHA DE S.PAULO

Penduricalho inflou salário no Ministério Público em R\$ 439 milhões de 2019 a 2022

Transparência Brasil aponta que licença prêmio convertida em dinheiro beneficiou 85% dos procuradores e recomenda extinção a Gonet

A verba custou ao menos R\$ 438 milhões aos órgãos entre 2019 e 2022.

Outro estudo identificou que Judiciário e MP usaram o princípio constitucional da simetria entre as carreiras das instituições para criar a [licença compensatória](#). A nova regalia é fruto de uma série de distorções da gratificação por exercício cumulativo, não é limitada pelo teto e possibilita o aumento de até 1/3 nas remunerações.

MP e Judiciário usam simetria para desvirtuar benefício, driblar o teto constitucional e aumentar salários em até 1/3

dezembro/2023

Princípio da paridade foi evocado para transformar uma gratificação remuneratória em uma verba indenizatória, não sujeita ao teto, sem que houvesse mudança na legislação original.



CC BY

Este trabalho está sob a licença [CC BY 4.0](#). Mediante atribuição de crédito à organização copiada e redistribuído em qualquer suporte ou formato; remanejo e adaptado para fins comerciais (nestes casos, as alterações feitas devem ser indicadas).

MPU infla salários com licenças-prêmio pagas em dinheiro

Dezembro/2023

Flexibilização de benefício já consumiu ao menos R\$ 438,6 milhões entre 2019 e 2022 e se tornou a principal verba de caráter indenizatório, não sujeita ao teto constitucional.



CC BY

Este trabalho está sob a licença [CC BY 4.0](#). Mediante atribuição de crédito à organização autora, não ser copiado e redistribuído em qualquer suporte ou formato remanejo e adaptado para fins comerciais (nestes casos, as alterações feitas devem ser indicadas).



Compromisso Estampado

A Transparência Brasil cobrou da Presidência da República e do Senado Federal a escolha de uma pessoa comprometida com a [transparência e prestação de contas](#) do Ministério Público para assumir a Procuradoria-Geral da República (PGR), que exerce papel fundamental na defesa de direitos sociais, da ordem jurídica e do regime democrático brasileiro.



A [campanha](#) Compromisso Estampado, produzida pela agência AlmapBBDO de forma pro bono, trouxe uma coleção de camisetas que manifestam o compromisso com a transparência na administração pública, propondo ao novo PGR vestir a camisa da transparência. Com a escolha de Paulo Gonet para o cargo, a TB e outras organizações [seguem defendendo](#) que o PGR aja de acordo com o interesse público, garanta o pleno funcionamento do MP e não seja omissos frente ao uso dos recursos públicos para beneficiar interesses pessoais.

Defensorias, acesso à Justiça e à informação

O primeiro ano de trabalho do projeto **Mais Defensoria**, financiado pela Fundação Tinker, produziu avanços significativos na transparência das Defensorias Públicas sobre seus critérios de atendimento, essencial para o acesso dos grupos vulneráveis aos serviços dos órgãos.

Após a divulgação de um [levantamento](#) indicando que 60% das DPs tinham falhas na divulgação dos critérios para que uma pessoa receba atendimento, órgãos fizeram melhorias para facilitar o acesso a essas informações e torná-las mais completas.

Depois de reuniões com grupos focais de sete defensorias, [uma reavaliação da transparência ativa das DPs](#) constatou que nove órgãos avançaram.

A proporção de Defensorias com “Baixíssima transparência” sobre seus critérios de atendimento caiu de mais da metade para pouco mais de um terço.

O diálogo foi possibilitado por uma parceria com o Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE).

INTEGRIDADE

2023



Em um ano marcado pelo maior ataque à democracia desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 e por retrocessos em pautas de extrema relevância para a integridade do poder público, a Transparência Brasil se manteve firme atuando pela redução de danos no Congresso.

Defesa da **democracia**

Em nota publicada logo em seguida ao 8 de Janeiro, a Transparência Brasil se somou ao movimento da sociedade brasileira e cobrou a punição dos envolvidos, destacando que o papel central do ex-presidente Jair Bolsonaro e de membros de seu governo na alimentação da sanha golpista que culminou no ataque aos três Poderes em Brasília não poderia ser ignorado.

Para reiterar a importância do regime democrático, retomamos a campanha **Os Ilusíadas**, criada pela agência AlmapBBDO em 2022 no aniversário do Golpe Militar de 1964. Publicamos mensagens nas redes sociais reafirmando que o combate à corrupção é mais forte em uma democracia.



Melhorias no **sistema partidário**

Para promover avanços em transparência, integridade, democracia interna e diversidade do [sistema partidário](#), a Transparência Brasil lançou o **Fórum pela Transparência e Democracia do Sistema Partidário Brasileiro**, financiado pelo National Democratic Institute (NDI).



A iniciativa tem o apoio institucional da Comissão Especial de Compliance

Eleitoral e Partidário da OAB, da Transparência Eleitoral Brasil, do Movimento Transparência Partidária, do Pacto pela Democracia, da FGV-SP, da Associação Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP), e da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).

O [evento de lançamento](#) do Fórum reuniu representantes dos partidos, da sociedade civil, Justiça Eleitoral, Ministério Público e da Academia para discutir os desafios e compromissos a serem enfrentados no sistema partidário e eleitoral. No primeiro semestre de 2024, serão realizadas reuniões on-line para definição de compromissos específicos nas áreas abordadas pelo Fórum e os responsáveis por cada um, além da assinatura de um Termo de Compromisso para implementação das ações combinadas.

Atuação no Congresso Nacional

Outra das atuações de destaque da Transparência Brasil no Congresso em 2023 foi a participação em [audiência pública](#) no Senado Federal sobre o PL do Lobby. A organização defendeu emendas ao texto para estabelecer regras de transparência à atividade no Brasil, incluindo a ampliação do rol de autoridades que devem reportar atividades com lobistas, o registro e a publicação de documentos trocados em encontros, e uma agenda nacional eletrônica das reuniões.



Por meio da RAC, a Transparência Brasil e outras 40 entidades trabalharam assiduamente contra a [PEC 9/2023](#), que anistia partidos políticos que deixaram de investir em campanhas eleitorais de mulheres e pessoas pretas e por irregularidades no uso de recursos públicos.

A TB integrou também o [Manifesto pela Reforma Tributária 3S: Saudável, Solidária e Sustentável](#). Alguns pontos da iniciativa estão presentes na Reforma promulgada, como impostos progressivos sobre renda e patrimônio.

Debates sobre IA

Por seu pioneirismo no debate em transparência algorítmica no Brasil, a Transparência Brasil integra o projeto “AI & Human Rights: Shaping the Outcomes of Relevant International Discussions” da Global Digital Partners (GDP).

Na 18ª reunião anual do Fórum de

Governança da Internet 2023 e em [publicação conjunta com a GDP](#) e outras três entidades, a TB pontuou os riscos da falta de representação do Sul Global e da sociedade civil na elaboração de tratados globais dos quais podem acabar sendo sujeitos.

ORÇAMENTO, CONTRATAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

2023



A área de orçamento público se consolidou em 2023 e produziu impactos relevantes. As emendas Pix foram um dos focos, e as contratações públicas estão no centro de um novo projeto em parceria com a CGU.

Emendas são foco de ações

Por meio de levantamentos inéditos, a **Transparência Brasil revelou o quanto do orçamento federal está exposto a altos riscos de corrupção e ineficiência** ao ser aplicado por meio das chamadas emendas Pix. Essa modalidade de emendas parlamentares individuais transfere dinheiro diretamente a estados e municípios sem necessidade de apresentação prévia de projeto para a execução da despesa.



Um dos estudos mostrou que 25% dos R\$ 5,84 bilhões liberados para as emendas Pix em 2023 [foi para cidades de pequeno porte](#), que têm mecanismos frágeis de fiscalização. O trabalho rendeu ao menos 47 reportagens de veículos regionais, fazendo com que o tema entrasse no debate público local.

As análises da TB evidenciaram que [o volume de dinheiro destinado às Emendas Pix aumentou vertiginosamente](#) após o Supremo Tribunal Federal (STF) julgar o chamado orçamento secreto inconstitucional.

Para garantir maior transparência na execução das transferências especiais, a Transparência Brasil incidiu no Congresso,

propondo [emenda](#) ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024. O texto aprovado incluiu a obrigatoriedade de estados e prefeituras beneficiados com emendas Pix indicarem na plataforma Transfere.gov em quê os recursos da emenda serão utilizados, ficando os **depósitos dos recursos pela União sujeitos ao cadastro das informações no portal**.

Em setembro, a TB apresentou [petição ao Supremo Tribunal Federal](#) indicando que a decisão da Corte pela inconstitucionalidade do orçamento secreto e suas determinações para conferir transparência aos gastos feitos por meio do instrumento estavam sendo descumpridas.



Monitoramento de compras e contratações públicas em saúde

Com o fim do estado de Emergência de Saúde pela covid-19, a Transparência Brasil se debruçou sobre as compras públicas realizadas pelo governo federal para o [combate à pandemia](#), publicados no Portal da Transparência. A organização desenvolveu um sistema de alertas para compras de risco que detectou sinais de possíveis irregularidades em cerca de R\$ 2 bilhões em compras e contratações de serviços para combate à pandemia. Os alertas estão disponíveis na plataforma [Tá de Pé - Compras Emergenciais](#).

Uma [segunda análise](#) sobre as compras de combate à pandemia apontou ausência de informações essenciais. Número de licitação das compras, itens adquiridos e quantidades adquiridas estão cadastradas em bases de dados diferentes que nem sempre podem ser conectadas, o que impede o acompanhamento do processo de compra.



Os problemas foram apresentados em janeiro ao gabinete da ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), responsável pelo desenvolvimento dos sistemas de compras públicas do governo federal.

No segundo semestre, foi iniciado um [novo projeto](#) para **umentar a eficiência nas contratações e compras públicas de medicamentos**, com apoio da Open Contracting Partnership (OCP). Foram realizadas reuniões com membros da OCP, Ministério da Gestão e Inovação e da CGU, parceira da Transparência Brasil na iniciativa, com o objetivo de [identificar problemas](#) e melhorias nos dados e na usabilidade do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), plataforma do MGI que concentrará dados de todas as compras públicas do país a partir de 2024.



Posteriormente, o projeto usará os dados do PNCP para criar uma ferramenta que detecte sobrepreços e riscos nos contratos de aquisição de medicamentos, de forma semelhante aos alertas de risco do Tá de Pé - Compras Emergenciais.

Yanomamis

Outro trabalho importante realizado por meio do **Achados e Pedidos** constatou que a gestão Bolsonaro foi a que menos aplicou recursos no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Yanomami desde 2013. Os poucos recursos reservados não se converteram completamente em bens e serviços **em meio à pior crise sanitária da população Yanomami**. No painel interativo produzido pela equipe de Dados da Transparência Brasil é possível consultar tipos de gastos, itens adquiridos e contratações feitas no período.



As relações estreitas entre o ex-coordenador do DSEI Yanomami, Rômulo Pinheiro de Freitas, e o senador que o indicou ao cargo, Antônio Mecias Pereira de Jesus (Republicanos-RR), indicam possível interferência política na saúde indígena. O senador, conhecido por defender o garimpo, é alvo de investigação sigilosa do Ministério Público Federal (MPF), suspeito de agir para favorecer a contratação da Táxi Aéreo Piquiatuba, empresa também acusada pelo MPF em 2020 de ser um braço do garimpo ilegal em Roraima. De 2019 a 2022, o DSEI Yanomami gastou 118,4 milhões em transporte aéreo, principal gasto do órgão.

COMUNICAÇÃO

2023

Dos novos formatos de comunicação nas redes ao aumento de menções à TB na imprensa regional, o último ano mostrou novos rumos para a comunicação externa da Transparência Brasil. A equipe dedicada é composta por uma coordenadora, uma analista e uma estagiária.

Newsletters e mailing

As duas newsletters mensais da TB (Ponto TB, de conteúdos institucionais, e a Radar TB, curadoria de conteúdo nas áreas de atuação da organização) foram reformuladas no início de 2023. As alterações no texto, diagramação e design visam garantir que o leitor receba a informação completa em um texto mais curto com recursos visuais e textuais.



O último ano também marcou a criação de uma nova newsletter mensal, criada como meio de comunicação exclusivo a associados da Transparência Brasil. A **TB para você** foi lançada em outubro e traz atualizações sobre o trabalho interno da organização, como relatórios em produção e projetos que estão sendo desenhados.

Resultados do mailing: Ponto e Radar TB

	2022	2023
Novos inscritos	220	377*
Newsletters enviadas	25	27
Taxa de abertura	24%	26%

*Newsletter de associados não incluída neste cálculo

Redes sociais



Facebook e Instagram

Em comparação com 2022, o alcance (quantidade estimada de contas às quais os conteúdos chegaram) no **Facebook** caiu 84%. A queda drástica em todas as métricas não é exclusiva da página da TB: [análises](#) apontam uma diminuição generalizada de alcance e engajamento dos usuários na plataforma conforme mudanças feitas pela Meta, migração de investimento para outras redes sociais e a perda de usuários.

Métricas do Facebook	2022	2023
Alcance da página	236.126	37.051
Visitas à página	1.966	1.857
Novas curtidas	480	110
Alcance das publicações	50.980	37.442
Engajamento* nas publicações	1.983	1.027

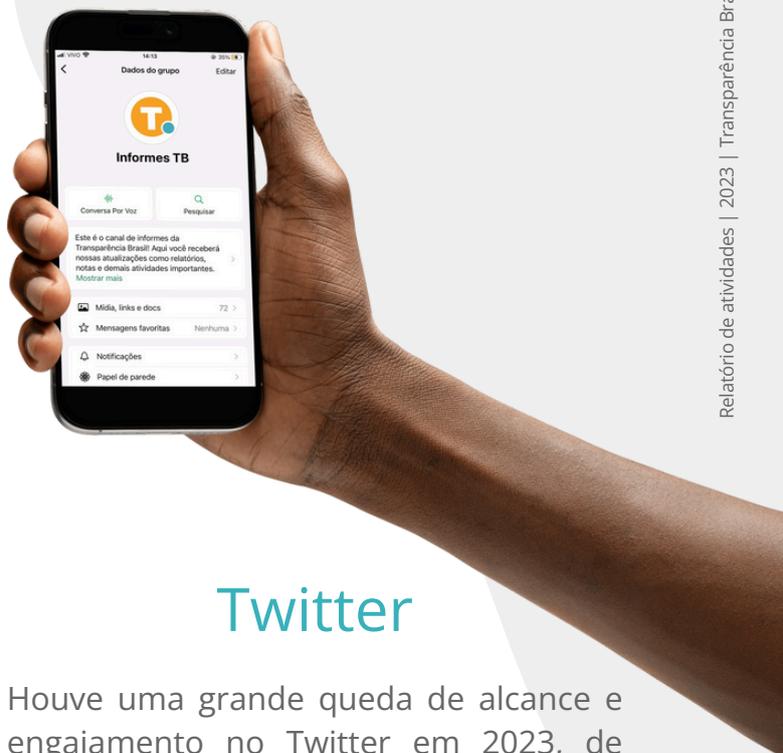
Em 2023, a TB incluiu o uso dos reels do **Instagram** como parte de sua estratégia de divulgação de relatórios. Foram três vídeos produzidos: dois sobre o estrangulamento do orçamento de saúde do DSEI Yanomami, e um sobre o benefício de licença-compensatória criado pelo Judiciário e Ministério Público.



Os reels também foram utilizados para o aniversário do golpe militar, sendo um vídeo impulsionado em continuidade à campanha. Os Ilusíadas de conscientização da corrupção durante a ditadura, e outros três para a Compromisso Estampado. No total, as publicações somam alcance de 5.869 no orgânico e 10.463 no patrocinado, e 331 de engajamento orgânico e 87 no impulsionado.

WhatsApp

O grupo de WhatsApp da TB foi inaugurado em maio de 2023. Nomeado de **Informes TB**, são disparados informes semanais no formato de boletins com as atualizações mais relevantes da organização. O grupo possuía 112 membros em seu início e 116 membros em dezembro.



LinkedIn

Apesar do LinkedIn fazer parte das redes utilizadas pela TB há alguns anos, só em 2023 a conta passou a ser alimentada regularmente. Não há comparativo sobre o alcance do perfil na plataforma entre 2022 e 2023, portanto.

	2023
Conexões	847
Visitas ao perfil	1.888

Com o acompanhamento, notou-se que o perfil apresenta um bom número de engajamento, principalmente para cliques em links nas publicações (881) e indica crescimento, tendo ganho 847 seguidores em 2023 e contabilizando 3.157 seguidores no total.

	2023
Publicações	151
Contas alcançadas	36.903
Engajamento*	2.165

*Cliques, reações, compartilhamentos e comentários

Twitter

Houve uma grande queda de alcance e engajamento no Twitter em 2023, de 91% e 95%, respectivamente, contrapondo o crescimento que o perfil da TB havia apresentado de 2021 para 2022.

O Twitter deixou de fornecer dados em seis meses para diferentes métricas e os números podem ser maiores do que o apresentado neste relatório. Os dados também não incluem o alcance de publicações retweetadas por outros perfis.

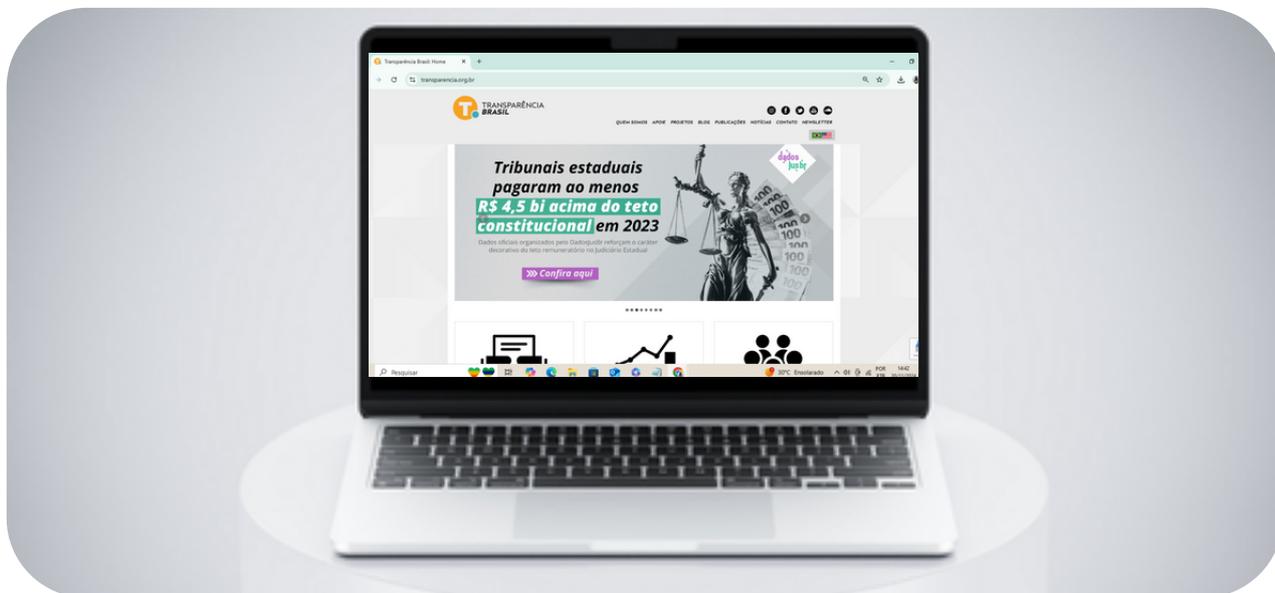
O número de publicações diminuiu devido à mudanças na estratégia de comunicação na plataforma: optou-se por tweets únicos ao invés dos 'fios' (sequência de tweets para tratar um mesmo tema).

	2022	2023
Tweets	771	500
Contas alcançadas	2.000	172.585
Engajamento*	106.250	4.973

*Retweets, curtidas, cliques e respostas

Acessos ao site

Os indicadores sobre o tráfego do site da Transparência Brasil mostram que há interesse do público pela organização. A maior parte da aquisição de tráfego por usuário ocorre via pesquisas orgânicas em buscadores (52%) e na entrada direta do usuário na url (32%). Dos mais de 40 mil usuários, 7.276 estão localizados fora do Brasil.



Sendo a busca orgânica o principal canal de aquisição de tráfego, a tela com maior visualização no site é a Home (53.067), seguida da página de Publicações (6.519). No blog, o conteúdo sobre **emendas pix em municípios pequenos** recebeu o maior número de visualizações, com 1.657 visitas, o que representa 6% do total de visualizações do blog. Pesquisas nos buscadores por termos relacionados as emendas pix e a sigilo sobre informações também se converteram em acessos ao site, 1.917 no total.

É importante considerar que a ferramenta foi atualizada em março de 2023 e sofreu alterações na forma de coleta e processamento dos dados. Dados de 1.jan a 27.mar foram coletados e sistematizados seguindo as métricas do Google Analytics Universal, e a partir de 28.mar pela versão Google Analytics 4.

Possíveis inconsistências nos números apresentados neste relatório dizem respeito a alteração da ferramenta.

	2022	2023
Usuários*	66.506	43.737
Principal aquisição de tráfego	Entrada direta	Busca orgânica
Visualizações	126.808	103.596
Média de engajamento	1min36s	1min17s
Tela mais visualizada	Home	Home

*Novos e retornos

Presença na imprensa

As menções em textos on-line seguem sendo predominantes, contabilizando 456 sites e portais jornalísticos, seguida das participações em canais de televisão (27) e em vídeo on-line (14). Em comparação com 2022, a presença da Transparência Brasil na mídia em 2023 mudou: a **citação em meios regionais mais do que triplicou**.

Menções à TB por meio	2023
Nacional	519
Regional	56
Internacional	2

A pauta de **emendas parlamentares** foi a mais associada à TB. Foram 86 menções no tema, sendo 72 delas com referência aos relatórios da organização sobre os R\$ 13 bilhões empenhados via [emendas Pix](#) nos últimos quatro anos e o envio predominante desses recursos a municípios de [pequeno porte](#), o que proporcionou o aumento das menções na imprensa regional.

O tema de **sigilo de informações**, tanto na gestão Bolsonaro quanto no primeiro ano do governo Lula 3 foi o segundo mais associado à organização. A TB foi fonte sobre a pauta para matérias no on-line e impresso do [O Globo](#), e na rádio [CBN Recife](#).

A TB foi fonte de 51 reportagens sobre remunerações e benefícios do Judiciário e do Ministério Público. Em 47 delas, por

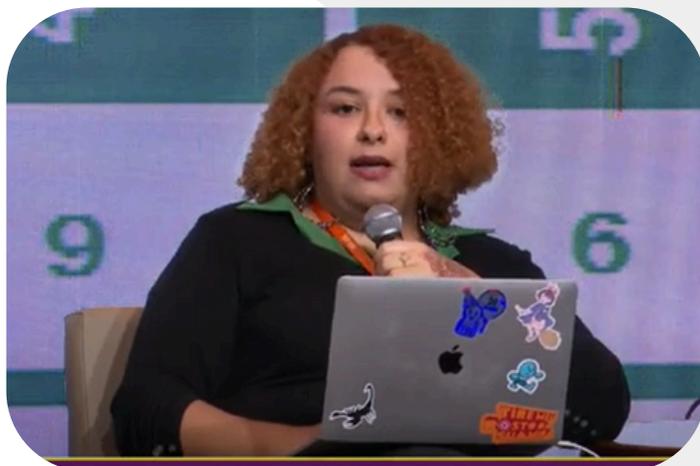
causa do trabalho no **DadosJusBr** - o projeto da TB mais mencionado na imprensa em 2023 -, como [nesta](#) e [nesta](#) reportagem, que também saíram na edição impressa da Folha de S. Paulo.

Outras menções à organização em temas de relevância nacional incluem um episódio do podcast [Foro de Teresina](#) sobre a PEC da Anistia aos partidos políticos, reportagem da [BBC News Brasil](#) sobre indicações políticas em Tribunais de Contas - que ganhou uma versão no [BBC News Mundo](#) -, e a entrevista em matéria do [Jornal Nacional](#) acerca de reajustes de salários de prefeitos e vereadores de Sorocaba-SP.

Menções por conteúdo		nº de menções
Tema mais mencionado	Emendas parlamentares	10
Projeto mais mencionado	DadosJusBr	47
Relatório mais mencionado	Emendas pix	72

Eventos, audiências e produções acadêmicas

A Transparência Brasil esteve presente em 25 reuniões, eventos e audiências ao longo de 2023. A participação no painel “Estratégia brasileira de IA: expectativas e desafios de desenvolvimento e implementação”, no **Fórum da Internet no Brasil**, em maio, é um dos destaques. A TB levou à discussão um olhar crítico sobre o funcionamento da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial, de cujo conselho a organização faz parte.



Bianca Berti, analista de transparência e integridade, no Fórum da Internet no Brasil

No Legislativo, o destaque foi a participação, em agosto, em **audiência pública no Senado sobre o PL do Lobby**, que até aquele momento apresentava pontos problemáticos - um deles, a falta de debates com a sociedade civil.

A TB foi uma das organizações da sociedade civil convidadas a acompanhar a XXI Plenária Anual da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), em novembro. Como um dos eixos da iniciativa em 2024 será a conexão de corrupção e lavagem de dinheiro com ilícitos ambientais, a organização apresentou seu diagnóstico de falta de dados sobre políticas de enfrentamento a irregularidades por órgãos ambientais federais, resultado de levantamentos feitos pelo projeto Achados e Pedidos.

A atuação da TB também serve de referência para produções acadêmicas. Foram seis citações em artigos e duas em monografias, em 2023.

Os trabalhos abordam o uso de [IA contra a corrupção](#) e na administração pública, [composição dos Tribunais de Contas](#) e a escolha de partidos políticos em lançar [candidatos com ocorrências na Justiça](#).



FINANÇAS

2023

Receitas

Ford Foundation	R\$ 468.167,00
Tinker Foundation	R\$ 546.763,00
Instituto Betty & Jacob Lafer	R\$ 222.591,00
NED	R\$ 183.241,00
Galo da Manhã	R\$ 12.000,00
Global Partnes Digital	R\$ 16.683,00
National Democratic Institute	R\$ 28.241,00
Doação (pessoas físicas)	R\$ 24.800,00
Rendimentos Financeiros	R\$ 189.490,00
Total	R\$ 1.691.976,00

Despesas

Pessoal	R\$ 937.301,00
Parceiros e Fornecedores	R\$ 229.079,00
Custos Indiretos	R\$ 153.985,00
Total	R\$ 1.320.365,00

Superávit

Caixa (31/12/2022)	R\$ 891.072,00
Caixa (21/12/2023)	R\$ 1.243.135,00

Agradecimentos aos **Associados** e **doadores**

Adriel Castro Da Silva
André Luiz Góes de Oliveira
Antonio Augusto De Miranda E Souza
Arthur José Fernandes Braz
Bianca Vaz Mondo
Bruna Santos
Christiane De Carvalho Stroppa
Claudio Abramovay Ferraz do Amaral
Daniel Aguiar Espinola
Eduardo Ribeiro Capobianco
Fábio Moraes Da Costa
Felipe Luis Rosa Meldonian
Fernando A. Simoes Filho
Guilherme Alpendre
Guilherme Ribeiro Neris
Henriette Mariacy Krutman
Henrique Gonçalves De Freitas
Jose David Pinheiro Silverio
Jose de Oliveira e Silva Filho
Jussara Barbosa Lauar
Kavita Miadaira Hamza
Lorena Rayame Cardoso da Silva
Luiz Fernando Vieira Vasconcellos de Miranda
Marcelo Granja Nunes
Marcelo José Beraba
Marcelo Kalil Issa
Marcos Vinicius de Sousa Rocha Gomes
Maria Goretti Dal Bosco
Mateus Antunes Braga
Paula Florencio Miadaira Mancin
Rubens Naves
Sergio Cavalheiro

FINANCIADORES

2023

